



**Secretaria-Geral da Presidência da República**  
**Secretaria Nacional de Articulação Social**

## **REUNIÃO DO FÓRUM GOVERNAMENTAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Reunião no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, 16/05/2012, 9h30

### **PARTICIPANTES**

**Sílvio Isopo Porto (MAPA)**  
**Tereza Maria Góes Monteiro (MCidades)**  
**Rose Cristine Salomão Carvalho Amorim (MCidades)**  
**Kayo Júlio César Pereira (MCTI)**  
**James Marlon Azevedo Gorgen (MiniCom)**  
**Oswaldo Reis (MinC)**  
**Tereza Cristina de Moraes Rodrigues (MD)**  
**Kátia Favilla (MDS)**  
**Arlindo Cavalcante Queiroz (MEC)**  
**Adélia de Souza Procópio (ME)**  
**Maria Ivonete Gomes do Nascimento (ME)**  
**Mirka Abreu (ME)**  
**Dorotea Blos (MIN)**  
**Maria José Monteiro (MIN)**  
**Paulo Guilherme Francisco Cabral (MMA)**  
**Claudia Maria Calorio (MMA)**  
**Igor Lima Goettenauer de Oliveira (MJ)**  
**Guilherme dos Santos Floriani (MME)**  
**Jackeline Gonçalves de Oliveira (MME)**  
**Maria Luiza Moretzsohn (MPA)**  
**Janete Balzani Marques (MPOG)**  
**Milton Rondó Filho (MRE)**  
**Letícia Toledo do Amaral (MS)**  
**Mariângela Rodrigues Coelho (MTE)**  
**Daniela Gomes Metello (MTE)**  
**Ana Fátima Feliciano Lopes (MT)**  
**Raulina Grossi Irias (MT)**  
**Thiago Sandoval Furtado (MTur)**

**Italo Oliveira Mendes (MTur)**  
**Ernani de Souza Coelho (Correios)**  
**Roberto Pires (IPEA)**  
**Paulo Marcelo (CGU)**  
**Reynaldo Aben Athar Sousa (SEPORTOS)**  
**Gildenora Batista Dantas Milhomem (AGU)**  
**Terezinha Gonçalves (SEPPIR)**  
**Thiago Bomfim da Silva (MDIC)**  
**Maria Helena Costa Signorelli (MinC)**  
**Luciano Muller Gil Cardoso (Banco Brasil)**  
**Júlia Pessôa de Almeida (MD)**  
**Tulio C. de S. e Souza (MS)**  
**Fátima Lauria Pires (CEF)**  
**Tereza Cristina Araruna Santiago (SPM)**  
**Larissa Gaicizzo (MMA)**  
**Neide Aparecida da Silva (MinC)**  
**Ana Paula Schwelm Gonçalves (SPM)**  
**Alexandre Ciconello**  
**Alfredo Ramos (Universidade Complutense de Madri)**  
**Marcelo Assis (SEGEP/MPOG)**  
**Francine Junqueira (ANEC)**  
**Sérgio Remaclo Lima de Oliveira (Fundação Banco do Brasil)**  
**Equipe da SNAS/SG**

## **RESUMO**

A reunião foi marcada com o objetivo de discutir a proposta de estruturação do Fórum Governamental de Participação Social.

### **MATERIAL COMPARTILHADO:**

- Proposta de estrutura do Fórum Governamental de Participação Social (apresentação visual);
- Convite para os Diálogos da Conferência RIO+20;

### **CONSIDERAÇÕES:**

1. Há boas expectativas sobre o funcionamento do Fórum;

2. A proposta de estrutura do Fórum foi bem recebida, mas há importantes propostas de alteração apresentadas, que devem ser analisadas;
3. Há um calendário de trabalho pactuado:
  - a. Junho – diagnóstico setorial;
  - b. 11 e 12 Julho – oficina sobre Participação Social;
  - c. 17 de Agosto – reunião do Fórum;

## RELATO

### 1. ABERTURA

PEDRO PONTUAL (SNAS/SG) faz a abertura e convida os participantes a sentarem mais próximos.

PAULO MALDOS (SNAS/SG) faz a saudação de boas vindas. Entende que a construção da Política Nacional de Participação Social é o principal legado do governo, construir a participação social como método de governo. É a construção da história, que vem desde a ditadura militar, quando as primeiras comunidades rurais e urbanas se reuniam para lutar por condições dignas, depois na década de 80, na Constituinte, constituíram um marco transformador de uma relação democrática. A famosa Constituição Cidadã coroou a participação da sociedade naquele momento. Desde então, a depender da correlação de forças, a sementeira foi criando verdadeiras florestas de participação. Temos que fazer crescer essa grande floresta e começamos a colher os melhores frutos possíveis para nossa cidadania. Esse encontro faz parte desse caminho, sempre fortalecendo a democracia, qualificando as pessoas e as políticas públicas, para que as parcerias sejam cada vez mais equilibradas e profícuas para nosso projeto de país.

PEDRO propõe encurtar o tempo da reunião, para que todos possam estar presentes na instalação da Comissão da Verdade. Já teremos um *bottom* assegurado, para que todos possam participar. Consulta se há concordância (auditório concorda). No dia 10/04 fizemos uma primeira apresentação, sobre as interfaces socioestatais, com base na pesquisa do IPEA. Em seguida, apresentamos os termos do Decreto de 2003, que pretendemos usar como ponto de partida para institucionalizar o Fórum, solicitamos que vocês apreciassem o texto do Decreto. A gente pretende apresentar para vocês o acúmulo do que a gente vem construindo, que Paulo mencionou como legado deste governo – construir uma Política e um Sistema Nacional de Participação Social. Isso pode ser apresentado em uma próxima reunião deste Fórum. Estamos à disposição para qualquer Ministério que quiser fazer essa conversa antes da próxima reunião. Pedimos que vocês respondam por escrito as perguntas sobre as expectativas de vocês a respeito do Fórum. Gostaríamos que os representantes dos Ministérios pudessem se apresentar por Ministério e dizer uma expectativa.

### 2. EXPECTATIVAS SOBRE O FÓRUM

OSVALDO JÚNIOR – MINC – tem a expectativa que seja o ambiente de discussão e aprimoramento da Participação Social no governo brasileiro.

MARIA HELENA – MINC – entende que é um espaço para debater os desafios sobre participação social, buscando formas comuns de trabalho para enfrentar os desafios que temos hoje.

MÁRCIA BRANDÃO – SECOM – sobre o papel da Secom, estamos tentando fazer o resgate da memória do que houve na primeira fase do governo Lula e fazer um plano de comunicação para o Fórum, se for esse o desejo do Fórum. Deixa a pergunta: qual o objetivo de comunicação que querem do Fórum? Propõe pensar sobre um nome de fantasia, por que os

dois que já existem, FOGOPS e FGPS, não ajudam. A expectativa é que o fórum consiga responder se esses mecanismos de participação estão efetivamente dando resultados à sociedade, porque ainda não temos essa resposta.

PEDRO agradece a oferta da SECOM e o resgate da memória do Fórum. O segundo aspecto é esse da Comunicação, é muito bem vinda essa proposta. Vamos começar a fazer nosso dever de casa de dar comunicação.

ERNANI COELHO – CORREIOS – tem a expectativa que o fórum possa contribuir para criação de mecanismos de participação. Os Correios são instrumentos importantes de efetivação de políticas do governo.

ARLINDO QUEIROZ – MEC – O Fórum Nacional de Educação é a institucionalização da comissão coordenadora da CONAE em caráter permanente e, entre as conferências, tem atribuição de zelar pela efetividade das deliberações. A próxima está prevista. A expectativa é que este Fórum Governamental de Participação Social se consolide como espaço de articulação de práticas do governo federal. Pode contribuir intercambiando experiências, incentivando estudos e pesquisas, construindo parâmetros e orientações sobre participação social.

RAULINA GROSSI – MT – está vislumbrando bastante sucesso, a integração entre a sociedade. Transporte em geral é uma área em que as pessoas têm pouca participação. É preciso criar canais em que as pessoas possam participar e levantar os problemas que as estão atingindo.

ANA FÁTIMA – MT – tem a expectativa que o fórum possa trazer uma integração maior entre sociedade e governo e possa trazer respostas à sociedade.

MILTON RONDÓ – MRE – a coisa mais importante é ter um conselho e uma conferência, sem isso não há participação.

PEDRO – destaca a participação do Itamaraty e as demandas dos movimentos sociais de que a política externa brasileira também seja analisada.

MILTON RONDÓ – existe um conselho de brasileiros no exterior uma conferência de brasileiros no mundo. A fragilidade do Itamaraty é imensa em relação à participação social de forma organizada.

TEREZA CRISTINA – MD – tem a expectativa de troca de experiência, conhecimento das principais ações.

SÍLVIO PORTO – MAPA – na área da agricultura já teve um conselho, que não existe mais. Não temos conselho, a não ser pela linha da segurança alimentar e nutricional. A expectativa é que asseguremos a possibilidade de ter voz e influir nas políticas públicas.

LETÍCIA AMARAL – MS – além do conselho, a gente trabalha diretamente com mobilização e com os comitês técnicos. O fórum é importante para troca de experiências e para aperfeiçoar essas práticas. Importância do monitoramento das conferências, ainda é um grande desafio o monitoramento das resoluções.

PEDRO – reforça a importância da Saúde, parece que já temos um primeiro ponto de pauta, para trabalhar isso como uma recomendação.

ANA PAULA – Ouvidora da SPM – A sugestão seria a troca de experiência que já estamos implementando desde 2010 com a reunião das ouvidorias de pautas sociais, que fazem a interface das demandas que chegam. A reunião das ouvidorias pode contribuir nesse fórum e também vai contribuir com a Lei de Acesso a Informação, vai ser importante esse trabalho conjunto.

PEDRO – lembra a entrada em vigor da Lei de Acesso a Informação.

PAULO MARCELLO – OGU/CGU – expectativa boa de participar do Fórum. As ouvidorias são espaços consolidados, mas o estudo do IPEA mostra um descompasso, é um setor que não se vê partícipe de um sistema. Esse fórum pode colocar a participação sistêmica das ouvidorias.

PEDRO – a formação de um sistema envolve não só fortalecimento dos elementos, mas articulação.

GUILHERME FLORIANI – MME – tem a expectativa de que o fórum contribua para livrar a sociedade brasileira dos grilhões que nos prendem, poder contribuir para aperfeiçoar os mecanismos que já existem no Ministério, as audiências e as consultas. Que a sociedade seja partícipe da elaboração de nosso futuro.

PEDRO – destaca importância da participação do MME após o seminário do marco energético.

JACKELINE OLIVEIRA – MME – o fórum é importante forma de homogeneizar o que é a participação social no governo, para que essa homogeneização se propague pelo país, assim como a troca de informação entre os órgãos.

LUCIANO CARDOSO – BB – tem uma expectativa grande, ver como a gente pode levar para dentro dos diversos programas do BB a questão da participação social. Temos voluntariado, estratégias de desenvolvimento sustentável, é preciso entender como podemos levar a participação social para essas ações.

PEDRO – importante a presença das empresas e autarquias. A idéia de transformar participação como método de governo não se restringe a conselhos e conferências, mas ver em programas e ações onde está prevista a participação.

THIAGO FURTADO – MTur – expectativa é o incremento no diálogo do Ministério com os representantes da sociedade, extrair o máximo possível para inserir no Ministério o incremento da participação, inclusive no Conselho.

SÉRGIO – Fundação Banco do Brasil – tem a expectativa de que as Fundações também possam ter assento. A FBB está trabalhando na aplicação do Programa Água para Todos, está gerenciando a implantação de 60 mil cisternas. Tem um banco de tecnologias sociais, cuja base são projetos desenvolvidos Brasil a fora, com solidariedade, sustentabilidade.

JAMES GORGEN – MiniCom – um ministério que realizou apenas uma Conferência, não tem um sistema de participação, espera colher dos colegas um pouco do acúmulo histórico, numa área que tem uma hipertrofia das entidades privadas.

DANIELA METELLO – MTE-SENAES – a criação da Secretaria foi demanda dos movimentos sociais ao Pres. Lula. Temos o Conselho, as Conferências, elabora o PPA com base nas Conferências, tirando as questões inconstitucionais. A expectativa é grande, fórum tem o papel de subsidiar o Sistema Nacional de Participação Social, implementar e dar institucionalidade a esse Sistema. Lembra da palestra de John Gaventa, que colocou o Brasil como um dos grandes inovadores e esse Fórum pode ser uma grande ação no Brasil e no mundo.

PEDRO – visitou o Instituto Coady, no Canadá, e lembra nossa responsabilidade.

MARIÂNGELA COELHO – MTE – a participação social nas políticas públicas de emprego perpassa por todas as instâncias. Há o CODEFAT, as comissões estaduais e municipais de emprego. Defende que tem muito a melhorar ainda, pelas interferências políticas, e esse fórum pode regular isso e ajudar o MTE na institucionalização da participação social.

MARIA JOSÉ – MIN – no final do ano vai realizar a I Conferência de Desenvolvimento Regional, a participação social é muito incipiente. Mesmo que a questão regional tenha sido retomada, com uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, tem que avançar. Caminhamos muito, mas a questão regional precisa amadurecer muito no país. A expectativa é que através das discussões e experiências possa ter lições que ajudem muito. Estamos coordenando o prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional e a divulgação está

custando muito, porque não tem esse diálogo com a sociedade civil. Temos muita dificuldade nesse envolvimento, porque não temos esses canais adequados, nem dentro do governo. Expectativa grande de que a gente adquira os canais adequados de envolvimento do governo com a sociedade civil organizada.

PEDRO – o olhar regional e territorial é importante, no Fórum Interconselhos reservamos um período para discutir territorialidade. No final do evento vão receber uma tabela com conferências previstas e realizadas. Nesta semana acontece a CONSOCIAL.

MARIA JOSÉ – pede licença para divulgar o prêmio Celso Furtado.

TEREZINHA GONÇALVES – SEPPIR – o fórum é da maior importância, nós existimos por conta dos movimentos sociais organizados, o Presidente Lula reconheceu a importância dessa política e criou a SEPPIR. Deseja que esse fórum tenha vida longa, porque já existiu e não teve. Quer que as pessoas tenham responsabilidade com isso. Num governo popular é preciso aprimorar o diálogo com movimentos sociais. Há uma onda conservadora de acusar os movimentos sociais. Fica feliz, porque no espaço deste fórum estão muitos ministérios que chamamos de área dura. Expectativa que tenha vida longa e deságue no Sistema Nacional de Participação Social.

IGOR – MJ – tem a expectativa de que contribua para o aperfeiçoamento democrático. O MJ tem expectativa de aprender com as outras experiências, não sabe se o MJ é área dura ou não, e quer aprender com ministérios.

NEIDE APARECIDA – MinC – tem a expectativa de que estabeleça trato mais igualitário com a questão de movimentos sociais. A gente participa de 13 conselheiros nacionais e a queixa é a falta de integração das políticas discutidas para dentro do governo.

PEDRO – lembra aos presentes para registrarem suas expectativas e entregar. Um dos temas a ser debatido é a representação do governo nos conselhos, é uma queixa recorrente, além do tema da intersetorialidade.

JANETE BALZANI MARQUES – MPOG – a expectativa é o alinhamento cognitivo, tem uma missão prazerosa de zelar pela qualidade das cartas de serviços ao cidadão. Quando conversar com as organizações sobre métodos e técnicas, segundo os seus padrões de qualidade, o usuário deveria ser ouvido. Que a gente consiga trazer os usuários dos serviços públicos para que possa dizer como eles querem que o serviço seja prestado.

PAULO GUILHERME – MMA – estava em reunião com a FETRAF, reforçando a participação. A Secretaria detém a maior interface com movimentos sociais, além de outros espaços. Reforça a fala da SEPPIR que um governo como um nosso precisa trabalhar de forma mais efetiva a participação da sociedade, para que nossas políticas sejam implementadas e a sociedade participe efetivamente. Nossa expectativa é a maior possível, para que o fórum seja permanente, as políticas sejam integradas, já que no nosso ativismo geralmente a gente separa as políticas, por isso essa ação integradora é importante.

PEDRO – o recebimento das pautas é um ingrediente muito importante da política e do sistema de participação social. Entre os grupos temáticos, pretende propor um sobre monitoramento das pautas.

KAYO PEREIRA – MCTI – é responsável pelo programa de inclusão digital. Trabalha na Secretaria que tem uma relação próxima com a sociedade, que precisa ser aperfeiçoada. É a secretaria que mais participa dos conselhos de políticas. Já é um grande avanço aprimorar essa participação.

KÁTIA FAVILLA – MDS – o MDS já tem um histórico de lidar com a participação social, mas precisa que os outros órgãos façam isso e que tenhamos uma uniformidade no trato com a sociedade civil.

TEREZA – MCidades – boa expectativa. Apresenta ações do MCidades.

TEREZA – MCidades – sobre uniformidade de ações, o Conselho das Cidades é muito participativo, mas existem indubitáveis áreas de colisão entre o Ministério e os conselhos. Precisava de maior clareza da relação do governo com os conselhos.

### 3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO DO FÓRUM

LIGIA – SNAS/SG-PR – Propostas de funcionamento do Fórum, de acordo com o Decreto de 2003. Apresentação seguida de destaques.

- a) Finalidades do Fórum: item III – DESTAQUES: considerar o papel das ouvidorias; realizar pesquisa de percepção social, necessidade de retorno, avaliação; incluir processos de formulação de políticas públicas; entender o que significa o papel do fórum; importante colocar todo o ciclo das políticas públicas: formulação, execução, monitoramento e avaliação.

PEDRO – a SNAS não é uma secretaria finalística, a ela cabe criar esses espaços, para que a gente tire diretrizes, recomendações.

SILVIO - tem um diagnóstico, não baseado em pesquisa, que nós temos conselhos e conselhos, e uma enorme dificuldade de articulação entre os próprios conselhos. Deve-se aprofundar sobre a real capacidade da sociedade civil em ocupar esses espaços, que cria situações de uma pseudoparticipação. A participação é voluntária, numa situação de crise e criminalização dos movimentos sociais e interrupção dos repasses. A participação da sociedade civil no CONSEA se dá de forma voluntária, por exemplo. Pensar uma dinâmica de participação mais efetiva, mais qualificada, mais autônoma, para que possa intervir nas políticas públicas.

PEDRO – lembra que no Seminário o tema apareceu com força, que o governo preveja em suas políticas o fomento e o fortalecimento dos movimentos sociais. Há um esforço grande de construção do marco regulatório das relações entre Estado e Sociedade. Fica nosso compromisso de apresentar o que o grupo do Marco Regulatório está propondo.

- b) Finalidades do Fórum: item IV – DESTAQUES: investir em inovações ou melhorias da política, para ficar adequada à Política de Inovação.
- c) Art. 2º. Composição – DESTAQUES:

PEDRO – incorporar, além de quem compõe, a participação de empresas, autarquias e fundações que tenham interfaces com a área de participação. Também a presença das ouvidorias, a nossa proposta é que neste espaço do fórum estejam representadas pela OGU e AGU, mas que no grupo temático, esteja aberto para as várias ouvidorias.

OSVALDO – pelo menos um ouvidor representando as demais.

LIGIA – informa que a Liga das Ouvidorias já está representada. Que isso estimule os outros setores a se organizarem também.

- d) Parágrafo 3º - DESTAQUES:

- retirar a obrigatoriedade da indicação do responsável pela relação e articulação.

MILTON RONDÓ – em sentido contrário, manter, é importante, todos os órgãos tem que ter uma área de participação social. No Itamaraty, avançamos muito com isso. É essencial que todos os ministérios tenham uma área.

PEDRO – uma coisa é ter um objetivo que todo Ministério tenha um setor, no que concorda. Mas pode haver um Ministério que ainda não tenha um setor de participação estruturado. Deve

ter a possibilidade de que esses agentes possam se incorporar ao fórum. Propõe a substituição de obrigatoriamente por preferencialmente.

e) Parágrafo 3º - DESTAQUES:

- dois titulares por cada Ministério. Um só representante é pouco. Dois titulares e dois suplentes. Para que se amplie e dê institucionalidade.

ARLINDO – MEC – não sabe se a palavra responsável pela articulação, não seria coordenação e difusão da participação. Em cada secretaria, diretorias e coordenação de programas, é um universo enorme. Uma pessoa só ficar responsável, talvez tivesse uma função animadora, coordenadora. Um peso muito grande para uma pessoa, só se fosse o próprio ministro.

PEDRO – ajuda a contemplar a diversidade de situações. Na fala da Cláudia, colocar até dois representantes titulares. Em relação ao Arlindo, é possível trocar articulação por coordenação.

f) Parágrafo 3º - DESTAQUES:

- sugeriria colocar os titulares e suplentes como pontos focais, que coordenam a articulação dentro do Ministério. Sugeriria o nome ponto focal.

g) Organização dos Grupos Temáticos – DESTAQUES (Pedro, James, Silvio):

SILVIO – sobre o Ministro designar o coordenador do grupo, é demais.

PEDRO – o mesmo destaque. Que a gente fique com o entendimento que os coordenadores dos grupos serão eleitos pelo grupo e, se precisar uma formalização, o Ministro Gilberto irá acatar. Depois a gente vê com o setor jurídico se precisa modificar a redação.

JAMES – deixar um padrão, inserir um parágrafo a mais prevendo a possibilidade dos grupos chamarem membros externos.

MÁRCIA – ta passando na minha cabeça a questão da SECOM. Não é um Ministério . Se for chamada, teria colaboração em todos os temas.

h) Sugestão de Grupos Temáticos – DESTAQUES:

- os grupos tinham que refletir os objetivos e finalidades do fórum. Algumas questões não aparecem traduzidas, como a participação na elaboração de políticas públicas. Gostaria de ver um grupo que trabalhasse a questão da influência da participação social na implementação de políticas.

PEDRO – é uma questão transversal de todos os grupos. Orientação transversal de todos os grupos.

- é insuficiente. Se a gente tivesse um grupo específico. Hoje em dia, essa consulta à população fica a critério de quem está à frente da pauta.

PEDRO – essa preocupação procuramos traduzir no grupo de interfaces em programas estratégicos. A gente queria dar continuidade à pesquisa do IPEA, analisando interfaces em programas como Brasil sem Miséria, PAC, outros.

– pode colocar participação social e interfaces.

- mecanismos de participação de larga escala, incluindo plebiscitos.

ROBERTO PIRES – IPEA – falta a questão da articulação entre os espaços. Um dos papéis que deveria cumprir é a aproximação entre esses espaços. Um dos grupos podia se dedicar aos nexos entre os espaços.

PEDRO – pode ser uma orientação transversal a todos os grupos, mas incluir um grupo.

ROBERTO – tem as audiências públicas também.

JULIANO – juntar os quatro primeiros grupos temáticos em um só, para facilitar a articulação. Facilitaria a relação entre esses espaços.

SILVIO – sugestão, somos só governo. No mínimo, nos grupos temáticos, pudéssemos ter a participação da sociedade. Pudéssemos contar com a participação de outras pessoas.

PEDRO – isso foi objeto de discussão na primeira reunião. Este fórum não substitui nenhum dos outros fóruns onde existe participação da sociedade civil. Temos vários nesse sentido. Nós não tínhamos um fórum dos gestores governamentais. Não vai ser o fórum de participação, mas o fórum dos gestores. Acolho sua preocupação no sentido de que se, em algum momento, o grupo sentisse necessidade de chamar algum representante, pudesse chamar.

- reforça a fala de Silvio, temos que ter a participação da sociedade civil. Temos que ter a participação dos outros órgãos. Cadê o MF, Banco Central, MDA.

PEDRO – temos que conquistar os outros órgãos, é um processo de disputa de hegemonia.

- reforçar a posição da Daniela, importante explicitar a questão da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas. Se não tiver um objetivo específico, não se integram. É importante que esteja explicitado.

PEDRO – vamos estudar isso, tanto explicitar melhor nas finalidades quanto nos grupos. Na próxima reunião conjunta, vamos apresentar uma nova proposta de constituição dos grupos, para ver se contemplam essa proposta.

LIGIA – dar uma olhada no item V das finalidades, para ver se contempla essas preocupações ou se cabe uma outra apresentação. Vamos refazer a apresentação e enviar para vocês, vai ser objeto de debate na reunião de agosto.

- a finalidade existe, mas não existe o grupo temático. Outra preocupação é a quantidade de grupos, podemos aglutinar conselhos e conferências e outros mecanismos formais de participação social.

PEDRO – daqui até início de junho, quem tiver sugestões nos envie, a gente reformata e na próxima reunião de agosto reapresenta. Isso ajuda a gente a repensar.

LÍGIA – disponibilizamos na entrada do auditório, publicações do IPEA sobre conselhos.

PEDRO – nossos combinados:

- a) No começo de junho, a gente pede que façam um mapeamento dos espaços de participação social em cada ministério;
- b) Em 11 e 12 de julho - oficina sobre participação social na ENAP;
- c) Em 17 de agosto voltamos a nos encontrar.

Vocês receberam um texto sobre a RIO+20, que pedimos que divulguem. Encerramos a reunião e vamos à posse da Comissão da Verdade.